

PARA COMPREENDER UMA INTUIÇÃO: CRITÉRIOS PARA DISTINGUIR ARGUMENTOS DE ADJUNTOS VERBAIS

Heronides MOURA *
Rafaela MILIORINI**

- **RESUMO:** A distinção entre argumentos e adjuntos verbais é fundamental para alicerçar diferentes teorias linguísticas. Entretanto, ainda que nossa intuição seja segura para analisar os casos mais prototípicos, ela falha no julgamento de algumas relações verbais. Precisamos, pois, de um critério seguro (e não apenas intuitivo) que seja capaz de diferenciar todos os casos de complementação dos de adjunção verbal. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir alguns dos principais testes que buscam diferenciar argumentos de adjuntos verbais (JACKENDOFF, 1977; DOWTY, 1982; CAPPELEN; LEPORÉ, 2005; HAEGEMAN, 2006; KENEDY, 2013; MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2013), especialmente quando temos os papéis temáticos de benefactivo e de locativo – pois são papéis que ocorrem tanto na posição de argumento interno quanto na de adjunto. Vamos apresentar os seguintes testes: (i) opcionalidade do termo, (ii) subcategorização, (iii) s-seleção, (iv) acarretamento e (v) retomada anafórica, e tentar mostrar quais são os problemas que cada um deles enfrenta. Surpreendentemente, a distinção argumento–adjunto parece não encontrar suporte consistente e definitivo em nenhum teste proposto pela literatura. O último deles, entretanto, a retomada anafórica, é o único que parece capturar essa distinção, embora diagnostique como transitivos alguns verbos classicamente considerados inergativos (como *viajar* e *telefonar*).
- **PALAVRAS-CHAVE:** Verbos. Estrutura argumental. Adjunção. Testes Sintáticos. Locativo. Benefactivo.

Introdução

A antiga distinção entre os chamados *termos essenciais* e *termos acessórios* compõe o conjunto das definições fundamentais e estruturantes de quase todas as

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-graduação em Linguística, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. heronides@uol.com.br. ORCID: 0000-0002-8087-6998

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-graduação em Linguística, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. rafaelamiliorini@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5198-8125

teorias linguísticas. Essa dicotomia provém de noções bastante intuitivas que dividem os termos entre aqueles que são considerados indispensáveis para compor a cena verbal e aqueles que apenas a modificam. Entretanto, quando passamos a aplicar essa distinção irrestritamente, verificamos que ela não é tão simples.

(1) João deu o bolo para Maria.

(2) João cozinhou o bolo para Maria.

O mesmo sintagma, *para Maria*, funciona como argumento em (1) e como modificador, ou adjunto, em (2). Sabemos disso porque o verbo *dar* é triargumental, enquanto *cozinhar* seleciona dois argumentos. Ambos os sintagmas recebem papel temático de benefactivo – embora sejam subcategorizados por núcleos distintos¹; entretanto, estão em diferentes relações sintáticas com o verbo. Mas como definir seguramente essa distinção?

Nossa intuição é muito clara a respeito de casos simples e prototípicos como

(3) Ana conheceu João durante as férias.

Em (3), sabemos que *Ana* e *João* são argumentos do verbo e que *durante as férias* é um adjunto temporal. Entretanto, nossa intuição oscila quando precisamos analisar sentenças como

(4) Ana viajou para a Bahia.

Para a Bahia é um termo essencial ou um modificador? O papel temático de locativo não resolve o problema, pois ele pode tanto ser atribuído pela preposição quanto pelo verbo. A questão é que precisamos de um critério seguro – não apenas intuitivo – que seja capaz de explicar e diferenciar os casos de complementação dos de adjunção verbal. Para que esse critério seja eficaz, ele deve dar conta de explicar (quase) todos os casos.

O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar e discutir alguns dos principais testes que buscam diferenciar argumentos de adjuntos verbais², especialmente quando temos os papéis temáticos benefactivo e locativo – pois são papéis que ocorrem tanto na posição de argumento interno quanto na de adjunto.³

Surpreendentemente, essa distinção fundamental e amplamente utilizada pelas teorias linguísticas parece não encontrar suporte consistente e definitivo em nenhum teste proposto pela literatura. Vamos apresentar os seguintes testes: (i) opcionalidade do termo, (ii) subcategorização, (iii) s-seleção, (iv) acarretamento e (v) retomada anafórica, e tentar mostrar quais são os problemas que cada um deles enfrenta. O último teste discutido, a retomada anafórica, é o único que parece funcionar para diferenciar adjuntos de complementos, ainda que haja algumas ressalvas a esse respeito.

¹ Mais especificamente, [_{pp} para Maria] é benefactivo na sentença (1) e [_{NP} Maria] é benefactivo na sentença (2). Em (1), o verbo *dar* é triargumental e distribui os papéis temáticos aos seus três argumentos, [João], [o bolo] e [para Maria]; *para*, aqui, é uma preposição funcional. Em (2), o verbo *cozinhar* é biargumental e atribui papel temático aos seus argumentos [João] e [o bolo]; enquanto [Maria], por ser parte do adjunto [para Maria], é subcategorizado pela preposição lexical *para* e recebe dela o papel temático. (Cf. MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2013)

² Ao longo do artigo, vamos utilizar os termos *adjunto* e *modificador* como sinônimos; quanto ao *argumento*, quando ele for interno, será chamado também de *complemento* do verbo.

³ A diferença entre as sentenças relativas que cumprem função de argumento ou de adjunto não serão tratadas aqui.

Embora a distinção entre argumentos e modificadores verbais seja bastante intuitiva, ela não se mostra muito sólida quando tentamos defini-la com critérios teóricos precisos. Qualquer teoria sintática (ou sintático-semântica) precisa lidar com essas categorias, diferenciando-as ou não, formalizando-as na sintaxe ou não. É importante ressaltar que o problema a ser enfrentado aqui não é de *notação*. Ou seja, o objetivo deste trabalho não é questionar a formalização dessas duas categorias, mas discutir o modo insatisfatório com que elas vêm sendo definidas na literatura.

A depender da teoria, há diversas propostas de como formalizar argumentos e adjuntos. Dentro da própria teoria X-barra há diferentes propostas de formalização: na versão inicial de Jackendoff (1977), por exemplo, o autor propõe que os adjuntos (ou “modificadores restritivos”) sejam projetados no nível específico v'' ; Carnie (2006) sugere a duplicação do nível intermediário v' para pendurar os modificadores; Haegeman (2006) opta por duplicar o nível mais alto do sintagma verbal, VP, para que o adjunto não esteja incluído em VP. Já a teoria da Sintaxe mais Simples (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005) não diferencia argumentos de adjuntos no componente sintagmático, mas formaliza a distinção no subnível sintático da Camada de Funções Gramaticais⁴ e também na estrutura semântica, adicionando os modificadores como constituintes conceituais adicionais em uma estrutura proposicional já formada pelas contrapartes semânticas do verbo e do seu(s) argumento(s) (JACKENDOFF, 2002).

A questão, portanto, é saber identificar e diferenciar essas duas categorias. Uma vez feito isso, pode-se trabalhar a proposta de notação desejada, o que não será foco de discussão neste trabalho.

Os testes

Opcionalidade do termo

Partindo da noção intuitiva de que argumentos são essenciais e adjuntos são acessórios, propõe-se (JACKENDOFF, 1977; KENEDY, 2013, e. g.) que a retirada de um argumento tornaria a sentença agramatical, enquanto a retirada de um adjunto seria admitida pelo sistema sem comprometer a gramaticalidade da estrutura⁵. O primeiro teste é, a nosso ver, o mais simples deles: a *retirada* do sintagma a ser testado. Caso a sentença resultante seja agramatical, isso indica que o sintagma retirado é um argumento; caso contrário, é um adjunto. Vejamos os exemplos contrastantes abaixo, retirados de Kenedy (2013, p.156):

(5) O manobrista colocou o carro na vaga.

⁴ A Camada Funções Gramaticais (Grammatical Function Tier) é postulada, dentro da Sintaxe mais Simples, para dar conta de fenômenos sintáticos tradicionalmente (em Gramática Gerativa tradicional) explicados através de operações de movimento, como alocamento, marcação de caso e concordância. Para maiores detalhes, cf. Culicover e Jackendoff (2005, cap. 6).

⁵ Caso se adote uma teoria transformacional de gramática, a *retirada do argumento* é feita apenas na estrutura superficial.

- (5a) *O manobrista colocou o carro.
(6) O manobrista estacionou o carro na vaga.
(6a) O manobrista estacionou o carro.

Quando retiramos o sintagma *na vaga* em (5a), a sentença resultante é agramatical, o que comprovaria o status de argumento do PP que, por ser um “termo essencial”, uma vez retirado compromete a gramaticalidade da sentença. Em contraste, quando retiramos o mesmo sintagma em (6a), a sentença continua gramatical, o que seria uma evidência de que *na vaga*, aqui, é um adjunto, ou seja, um “termo acessório”. Segundo Kenedy (2013), isso se deve ao fato de a grade argumental do verbo ser definida no léxico, e não no discurso; os argumentos, portanto, seriam licenciados pela semântica lexical do verbo (cf. JACKENDOFF, 1990).

Entretanto, como lembra Jackendoff (1977), esse teste, embora seja um candidato à condição suficiente para verificar a natureza de argumento do sintagma, não é uma condição necessária, pois muitos verbos aparecem com um dos argumentos elididos. Por exemplo⁶:

- (7) João contou uma mentira pro Pedro.
(7a) João contou uma mentira.
(7b) João contou pro Pedro.

Nas sentenças acima, podemos retirar tanto o PP *pro Pedro*, como em (7a), quanto o NP *uma mentira*, em (7b), sem comprometer a gramaticalidade das sentenças resultantes. Entretanto, ambos os sintagmas continuam sendo argumentos de *contar*, mas aparecem elididos. Para o autor, eles são subcategorizados pelo verbo, projetados na estrutura sintática e posteriormente apagados na passagem para a superfície⁷. Na maior parte dos casos, basta que imaginemos um contexto que supra o constituinte elidido, que normalmente pode ser recuperado no discurso. Jackendoff (1977) não fornece, contudo, nenhum teste que diferencie um argumento elidido de um adjunto.

Renzi et al. (1988 apud PERINI, 2008, p.268), ao analisar casos como (8) e (9) abaixo, afirmam que o mesmo verbo pode aparecer em duas construções distintas:

- (8) Piero está comendo a sopa.
(9) O menino está comendo.

Segundo os autores, na sentença (8), o verbo *comer* é transitivo, subcategorizando dois argumentos, enquanto em (9) aparece em construção intransitiva, apenas com argumento externo. Perini (2008, p.268) coloca a mesma questão que tentamos discutir aqui: “Mas como distinguir casos em que um constituinte é de ocorrência opcional de casos em que ele é obrigatório, mas existe outra construção idêntica, só que sem ele? Os autores não discutem esse problema, nem parecem se dar conta dele.”

O teste falha não somente porque deixa de capturar ocorrências de argumentos elididos, mas também por considerar que adjuntos são sempre opcionais. Esses casos

⁶ Exemplos adaptados de Jackendoff (1977, p.58).

⁷ Nesta obra, Jackendoff trabalha com o estágio da Teoria Padrão Estendida Revisada (Cf. CHOMSKY, 1975), ainda com o modelo transformacional de gramática.

mostram que a noção de opcionalidade não é nem sequer suficiente para distinguir adjuntos de argumentos. Bosque (1989 apud PERINI, 2008, p.267) traz os seguintes exemplos:

(10) As igrejas dos países escandinavos são feitas de madeira.

(11) ?As igrejas dos países são feitas de madeira.

Na sentença (10), *escandinavos* é certamente um adjunto nominal de *países*, ou seja, está apenas cumprindo o papel de restringir e qualificar o nome. Ainda assim, quando retiramos esse adjetivo, como em (11), a sentença resultante é, no mínimo, anômala.

Culicover (1997, p.159-160) também cita exemplos de adjuntos verbais obrigatórios no inglês: (12) Bill worded the letter *very carefully*.

(‘Bill redigiu a carta *com muito cuidado* (escolhendo as palavras).’)

(12a) *Bill worded the letter.

(‘Bill redigiu a carta.’)

(13) Mary weighs *too much*.

(‘Maria pesa *muito*.’)

(13a) *Mary weighs.

(‘*Maria pesa.’)

Nos exemplos (12) e (13), os verbos ocorrem com os adjuntos *very carefully* e *too much*. Entretanto, quando retiramos esses modificadores, as sentenças resultantes em (12a) e (13a) são agramaticais. O verbo *to word* não tem um correspondente em português brasileiro (PB), mas *to weight* (pesar) tem uma contraparte equivalente, ainda que não se comporte exatamente da mesma forma. A retirada do adjunto *muito*, em (14a) compromete nossa aceitabilidade:

(14) Maria pesa *muito*.

(14a) ?Maria pesa.

Outro exemplo, retirado de Grimshaw e Vikner (1993, p.146), ilustra a obrigatoriedade do adjunto em estruturas passivas com determinados tipos semânticos de verbo (veja que em (16a) a inserção do adjunto torna a sentença gramatical):

(15) Guess what? John was murdered.

(‘Adivinha só? João foi assassinado.’)

(16) Guess what? *Syntactic Structures was written.

(‘Adivinha só? *Estruturas Sintáticas foi escrito.’)

(16a) Adivinha só? Estruturas Sintáticas foi escrito *para alunos de engenharia*.

Esse primeiro teste, portanto, não é eficiente, pois não dá conta de explicar um grande número de casos em que a sentença continua gramatical, mesmo com um argumento elidido, além de pressupor a não-obrigatoriedade de qualquer modificador.

Subcategorização

Isso nos leva ao segundo teste, discutido por Dowty (1982), que envolve subcategorização. Segundo o autor, os modificadores podem ocorrer livremente na

sentença, unindo-se a um número indefinido de verbos, enquanto os argumentos se comportam de maneira bem mais restrita. Assim, benefactivos como [para Maria] poderiam ocorrer com verbos inergativos, como em (17), transitivos diretos, como em (18) ou transitivos indiretos, como em (19):

(17) João sorriu *para Maria*.

(18) João pescou o peixe *para Maria*.

(19) João compareceu à reunião *para Maria*.

Nas três sentenças acima, [para Maria] é um modificador. Entretanto, o mesmo sintagma pode figurar também como argumento:

(20) João deu o livro *para Maria*.

Nas sentenças (17), (18) e (19), o PP não integra a seleção verbal e recebe papel temático de benefactivo da preposição lexical que o seleciona. Já em (20), *para Maria* continua sendo benefactivo, mas em relação de argumento com o verbo. Isso se dá devido à subcategorização de três argumentos pelo núcleo verbal, sendo um deles o referido PP. Entretanto, se aplicarmos o teste, veremos que *para Maria* pode ocorrer com quase todos os tipos de verbo, o que seria comportamento de modificador.

A questão se mantém: como definir seguramente a relação que *para Maria* estabelece com o verbo em cada uma dessas sentenças? Certamente a resposta envolve a subcategorização feita pelo núcleo verbal; entretanto, o que precisamos é de uma regra ou um teste que seja capaz de identificar claramente a grade argumental do verbo.

Veja que a questão não é puramente descritiva. Não se trata de categorizarmos os verbos de acordo com o número de argumentos que cada um seleciona e, então, definirmos se o sintagma analisado é ou não subcategorizado pelo verbo. O problema é justamente definir a valência sem considerá-la conhecimento dado, por meio de uma regra que consiga capturar essa relação.

Ainda no âmbito descritivo, uma possibilidade de estudo envolve a análise exaustiva de dados e o levantamento da frequência de uso. Ou seja, poderíamos verificar, em um dado corpus, qual é a construção (quais são os argumentos ou adjuntos) em que determinado verbo aparece com maior frequência e definir, por meio de estatística, que os termos de maior ocorrência são argumentos e os de menor ocorrência são adjuntos. Entretanto, essa análise não é eficaz para os propósitos aqui almejados, pois efeitos de frequência não definem a estrutura da língua para o caso do objeto analisado. É muito provável, por exemplo, que encontremos um alto número de ocorrências de sentenças como *João comeu muito ontem* e um menor número de *João comeu bolo* – ainda que *muito* e *ontem* sejam adjuntos e *bolo*, complemento.

S-seleção

Outro teste, muito semelhante ao anterior, diz respeito à s-seleção. De acordo com Dowty (1982) e Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2013), os verbos não impõem restrição semântica aos adjuntos, somente aos argumentos. Assim, podemos ter:

(21) João correu.

(22) João correu ontem.

(23) João correu até as 18h.

(24) João correu ontem, até as 18h, no parque, usando roupas vermelhas.

Mas não:

(25) *A pedra correu.

Os sintagmas modificadores *ontem*, *até as 18h*, *no parque* e *usando roupas vermelhas* são semanticamente distintos entre si. Isso parece indicar que o verbo não s-seleciona o adjunto, que pode marcar tempo, local, modo etc. Contudo, o mesmo não acontece em (25), pois, sendo *a pedra* um argumento, ela deve ser selecionada semanticamente pelo verbo que, nesse caso, exige um agente [+animado].

Esse teste parece seguro, até que nos deparemos com os seguintes exemplos:

(26) João correu no parque.

(27) João colocou o livro na estante.

(28) *João correu na estante.

No exemplo (26), o verbo inergativo *correr* aparece com o adjunto *no parque* e em (27) o triargumental *colocar* seleciona *o livro* e *na estante* como argumentos internos. Entretanto, quando tentamos inserir *na estante* em (28) a sentença fica agramatical, embora esse sintagma seja claramente um adjunto locativo, da mesma forma que *no parque* em (26). Parece, pois, que o verbo seleciona semanticamente também seus adjuntos, o que torna o teste insuficiente para diferenciá-los.

Veja que, mesmo considerando que a s-seleção de *a estante* em (27) e em (28) é feita pela preposição *em*, a questão não é resolvida, pois *em* pode selecionar lugar como complemento. O problema não é, então, uma incompatibilidade temática entre a proposição e o NP que ela subcategoriza.

Outro ponto interessante que esses exemplos revelam é que sintagmas locativos podem funcionar tanto como adjuntos quanto como argumentos. Isso borra ainda mais as fronteiras entre essas duas categorias. Além disso, bem como os locativos, os benefactivos podem também exercer funções sintáticas diferentes a depender do núcleo selecionador da sentença.

(29) Maria tocou violão *pra Júlia*.

(30) Maria emprestou o violão *pra Júlia*.

Em (29) e (30) temos, novamente, um mesmo sintagma exercendo função de adjunto e argumento, respectivamente, em sentenças diferentes.

Torres Morais e Berlinck (2006) argumentam que critérios morfológicos podem ser relevantes na definição dos argumentos na língua portuguesa, em especial o chamado objeto indireto. Num sentido estrito, o objeto indireto, no português, é um argumento que é introduzido por uma preposição, que tem a função de marcador de caso dativo. Sendo assim o objeto indireto “refere-se ao conjunto dos argumentos plenos introduzidos exclusivamente pela preposição *a* e, neste caso, está em distribuição complementar com a forma cliticizada *lhe/lhes*”. (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, p.100).

Este critério morfológico só se aplica plenamente no português europeu (PE), pois no PB duas mudanças levaram a uma reestruturação da marcação do caso dativo. Essas mudanças foram as seguintes: a substituição da preposição *a* pela preposição *para* e a “perda da estratégia de expressão morfológica dos complementos dativos, ou seja, do uso dos dativos anafóricos de 3ª pessoa, *lhe/lhes*” (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, p.102).

A perda da expressão morfológica do caso dativo, realizado pela preposição *a*, leva, no PB, a uma competição entre muitas preposições com valor semântico de direção: as expressões *ir na floresta*, *ir no banco*, *ir na escola*, muito comuns no PB, concorrem não apenas com as formas mais cultas *ir à floresta*, *ir ao banco*, *ir ao cinema* (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, p.99), mas também com as formas *ir para a floresta*, *ir para o banco* e *ir para o cinema*.

Parece, portanto, que o critério morfológico, no PB, não é mais determinante para a distinção entre argumentos plenos e adjuntos. De fato, os sintagmas preposicionais com valor locativo ou direcional podem ser analisados tanto como argumentos quanto como adjuntos, sendo comutáveis com advérbios (os exemplos são de Bechara (2009, p.347)):

(31) Seus parentes moram *no Rio*. / Seus parentes moram *aqui*.

(32) O artista já não vive *em São Paulo*. / O artista já não vive *lá*.

(33) Iremos *a Petrópolis*. / Iremos *aí (ali)*.

Note-se que, no PB, seria muito comum dizer *Iremos para Petrópolis*, que teria como equivalente *Iremos lá*. Portanto, os sintagmas preposicionados, que Bechara (2009) chama de complementos relativos, têm uma natureza sintática um tanto dúbia, entre argumentos e adjuntos.

Ou seja, ainda que o caso dativo tenha recebido expressão morfológica no português, nos usos atuais uma gama de preposições locativas e diretivas marca uma série ampla de funções semânticas, cuja função sintática não é bem definida.

Acarretamento

O quarto teste a ser discutido aqui, apresentado por Dowty (1982), é o do acarretamento. Os argumentos, por serem essenciais ao evento, seriam acarretados pelo verbo⁸.

(34) Ana comeu o bolo.

O verbo *comer*, em (34), acarreta que houve um agente, que executa a ação, e um objeto, que, nessa sentença, é afetado pelo verbo. Teríamos, portanto, dois argumentos. Entretanto, como observam Cappelen e Lepore (2005) e Moura (2017), *comer* acarreta também, por exemplo, que esse evento ocorreu em algum lugar no espaço e em algum momento no tempo:

(34a) Ana comeu o bolo *na confeitaria às 16h*.

⁸ Tecnicamente, o teste não deveria ser formulado dessa maneira, pois a relação de acarretamento é estabelecida entre proposições, mas não entre itens lexicais ou sintagmas.

A existência de um lugar e de um tempo para o evento, que, no caso, é expressa pelos sintagmas *na confeitaria* e *às 16h*, é também acarretada pelo verbo, embora esses sintagmas sejam adjuntos sentenciais. Até mesmo verbos de valência zero possuiriam argumentos, caso utilizássemos esse teste como critério:

(35) Chove.

(35a) Chove *granizo hoje em Florianópolis*.

Segundo Dowty (1982), os argumentos são termos indispensáveis para a completude do sentido expresso pelo verbo, enquanto os modificadores expressam apenas informações acessórias. Mas a noção de “completude”, embora bastante intuitiva, é muito vaga. Como definir quando o sentido do verbo está completo? *Viajar*, por exemplo, é considerado um verbo inergativo, embora o local para onde se viaja seja fundamental para completar o evento.

Cappelen e Lepore (2005) argumentam que alegações de incompletude e testes como o do acarretamento, que as fundamentam, não dizem respeito à estrutura linguística. Do fato de que o evento de chuva, como em (35a), requer um objeto (*granizo*), um tempo (*hoje*) e um lugar (*Florianópolis*), nada podemos inferir sobre a estrutura argumental do verbo que expressa esse evento no PB.

Esses argumentos não são sobre linguagem; são sobre vários aspectos não-linguísticos do mundo. Ainda que eles fossem argumentos bons, nada decorreria das sentenças em questão, de modo mais geral, nenhuma conclusão semântica decorreria desses argumentos, ainda que eles fossem válidos. (CAPPELEN; LEPORE, 2005, p.11, tradução nossa)

Essa cisão radical entre a linguagem e o mundo talvez não seja desejável, mas o isomorfismo perfeito certamente não pode ser tomado como dado, como mostram as inconveniências na proliferação de argumentos para o exemplo (35a).

O teste do acarretamento, portanto, não é seguro, pois diagnostica modificadores como argumentos. A falha acontece porque tentamos capturar uma distinção *sintática* por meio de uma relação *semântica*, o acarretamento (e a própria noção de completude, ainda que vaga, certamente não é um conceito sintático), que pode apenas incidir sobre categorias semânticas. Ainda assim, esse teste é muito utilizado na literatura, devido à adoção, ainda que implícita, do que Culicover e Jackendoff (2005, p.6, tradução nossa) denominam Princípio da Uniformidade de Interface⁹:

Uniformidade de interface

A interface sintaxe-semântica é simples ao máximo, de modo que o significado é mapeado de modo transparente na estrutura sintática; e é uniforme ao máximo, de forma que o mesmo significado é sempre mapeado com a mesma estrutura sintática.

⁹ Cf. também Moura (2018) e Miliorini (2016).

O fato de considerar semântica e sintaxe como níveis uniformes pode acabar resultando em uma confusão acerca da natureza de cada fenômeno linguístico – como parece ser o caso do uso do teste do acarretamento para detectar relações sintáticas. A adoção desse princípio traz problemas, também, quando analisamos sentenças como (36), mencionada por Dalrymple (2001):

(36) Maria está procurando uma solução para o problema.

Embora o verbo *procurar* selecione um argumento interno, se Maria procura por uma solução, isso não significa que tal solução exista. Temos, pois, como lembra Moura (2017), uma não-equivalência entre sintaxe e semântica: em (36), ainda que *uma solução para o problema* seja um argumento, a sua existência certamente não é acarretada pelo verbo. O teste do acarretamento, portanto, falha também para exemplos como esse, pois há um argumento sintático que não é acarretado pelo verbo, ou seja, não pode ser definido através de um critério semântico.

Esse resultado, contudo, poderia indicar que os sintagmas acarretados pelo verbo são argumentos da *função semântica* (Cf. JACKENDOFF, 2007), independentemente da relação sintática que estabeleçam com o núcleo. Entretanto, como discutem Cappelen e Lepore (2005), a aceitação desse tratamento acabaria levando as análises a proliferarem quase que infinitamente a quantidade de argumentos semânticos, onerando também esse nível de análise da língua.¹⁰

Retomada anafórica

O quinto teste sugerido na literatura (JACKENDOFF, 1977; HAEGEMAN, 2006) é o da retomada anafórica através de *do so* – ou, adaptando para o português, *fez isso*. Considerando que o verbo e seu argumento interno formam um único constituinte e que o adjunto, embora contido em VP, não está incluído nele¹¹, podemos utilizar esse teste para verificar se o sintagma em questão está ou não incluído em VP. A expressão *fez isso*, como retoma VP, não pode ser seguida de argumento, apenas de adjunto. Para os propósitos desta discussão, caso o sintagma testado não possa seguir a expressão *fez isso*, significa que esse sintagma é um argumento – que está incluído em VP e foi “quebrado” na tentativa de retomada anafórica.

(37) Pedro leu o livro na internet e João *fez isso* na biblioteca.

(38) *Pedro colocou o livro na estante e João *fez isso* na mesa.

A sentença (37) é possível, evidenciando que *fez isso* está retomando todo o VP *leu o livro*, enquanto “na internet” e “na biblioteca” figuram como adjuntos. Já (38) é agramatical porque “na mesa” é um argumento, está incluído em VP e não pode ser extraído dele e posposto a *fez isso*.

¹⁰ Os autores reduzem ao máximo os componentes que integram o chamado *basic set* semântico, resolvendo a questão na pragmática: defendem o Minimalismo Semântico e o Pluralismo dos Atos de Fala. Essa discussão, entretanto, não faz parte do escopo deste artigo. Para a proposta, cf. Cappelen e Lepore (2005).

¹¹ Cf. Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2013, p.67-68) para a distinção entre *continência* e *inclusão*.

Outra possibilidade é a utilização de *e isso aconteceu* para retomar anaforicamente VP. Essa versão do teste é mais abrangente, por não impor restrições de agentividade; entretanto, como essa propriedade não é relevante para o que estamos analisando, o uso de uma ou outra expressão fornecerá o mesmo diagnóstico – desde que se adequa a expressão ao tipo semântico do verbo em teste.

(39) Ele dançou no quarto.

(40) Ele colocou o livro no quarto.

(39a) Ele dançou *e isso aconteceu* no quarto.

(39b) Ele dançou no quarto *e isso aconteceu* na quarta-feira.

(39c) Ele dançou no quarto, na quarta-feira *e isso aconteceu* às 15h.

(39d) Ele dançou no quarto, na quarta-feira, às 15h *e isso aconteceu* secretamente.

(40a) *Ele colocou o livro *e isso aconteceu* no quarto.

Em (39), o PP [no quarto] pode permanecer junto do VP e pode também ser deslocado para fora desse constituinte, como em (39a). As demais sentenças (39b, 39c, 39d) evidenciam uma outra característica bem comum aos adjuntos, a de poderem ocorrer livremente na sentença (Cf. DALRYMPLE, 2001). Ademais, os exemplos são todos possíveis porque o pronome *isso* é capaz de recuperar tanto um único sintagma como uma parte maior do discurso. Entretanto, quando tentamos mover [no quarto] em (40a), utilizando *isso* para retomar o constituinte anterior, a sentença fica agramatical, pois, nessa sentença, o PP está incluído em VP, ou seja, é um argumento. A agramaticalidade se dá, novamente, pelo fato de estarmos tentando mover parte de um VP e também por tentarmos substituir parte dele, através do pronome *isso*.

Esse teste funciona também com verbos biargumentais com complemento dativo:

(41) Ana resistiu à agressão ontem.

(41a) Ana resistiu à agressão *e isso aconteceu* ontem.

(41b) *Ana resistiu *e isso aconteceu* à agressão ontem.

(42) Ana confiou em João ontem.

(42a) Ana confiou em João *e isso aconteceu* ontem.

(42b) *Ana confiou *e isso aconteceu* em João ontem.

(43) Ana precisou de ajuda ontem.

(43a) Ana precisou de ajuda *e isso aconteceu* ontem.

(43b) *Ana precisou *e isso aconteceu* de ajuda ontem.

Os verbos *resistir*, *confiar* e *precisar* selecionam dois argumentos, sendo o interno um dativo. Conseguimos retomar anaforicamente o VP inteiro em (41a, 42a, 43a), deixando *ontem* no fim, prova de que esse advérbio é um adjunto – como esperado. Entretanto, quando tentamos, em (41b, 42b, 43b), deslocar para o final da sentença *à agressão*, *em João* e *de ajuda*, respectivamente, o resultado é a agramaticalidade da sentença, pois estamos rompendo a estrutura interna do VP, ao tentarmos retirar o complemento do verbo.

(44) Ana torceu pelo Neymar ontem.

(44a) Ana torceu pelo Neymar *e fez isso* ontem.

(44b) Ana torceu *e fez isso* pelo Neymar ontem.

Em (44b), parece que só conseguimos ter uma leitura gramatical da sentença quando consideramos *pelo Neymar* como benefactivo (Ana torceu e fez isso pelo Neymar). Nesse caso, o sintagma é adjunto e o verbo ocorre com elipse do complemento. Veja que podemos preencher esse espaço argumental:

(45) Ana torceu para o Barcelona pelo Neymar.

No exemplo acima, *pelo Neymar* é claramente um adjunto, o que fica evidenciado quando temos *para o Barcelona* ocupando a posição de complemento. O mesmo acontece com o verbo *telefonar*. Na sentença (44), é possível preencher o espaço argumental com *pro médico*, deixando *pra Maria* na posição de adjunto.

(46) Ana telefonou pra Maria.

(46a) Ana telefonou e fez isso pra Maria.

(47) Ana telefonou pro médico pra Maria.

Tanto o exemplo (44) quanto o (46) são ambíguos: a leitura mais saliente é aquela que toma *pelo Neymar* e *pra Maria* como complementos com papel temático de paciente (ou tema)¹²; entretanto, quando preenchemos o argumento interno com outro sintagma, a única interpretação possível para esses PPs é de benefactivo. Se tentarmos manter a leitura de paciente depois de mover o sintagma para o fim da sentença, como foi feito com os exemplos anteriores, a sentença resultante é agramatical. Ou seja, *Ana telefonou e fez isso pra Maria* e *Ana torceu e fez isso pelo Neymar* com leitura de paciente é agramatical, pois nesses casos o paciente precisaria ocupar a posição de argumento. Ambas as sentenças são possíveis apenas com leitura benefactiva.

O mesmo ocorre com o verbo *vender*:

(48) Ana vendeu o carro pra Maria.

(48a) Ana vendeu o carro e fez isso pra Maria.

(49) Ana vendeu o carro pro João pra Maria.

Novamente, aqui, (48a) só é possível com leitura benefactiva (ainda que essa interpretação seja pouco saliente), o que fica evidenciado quando preenchemos o espaço argumental com *pro João* em (49). Em consonância com a proposta de Raposo (1992), portanto, o verbo *vender* é atestado como triargumental, embora outros autores considerem *vender* como selecionador de apenas dois argumentos.

(50) Ana viajou pra Bahia ontem.

(50a) Ana viajou pra Bahia e fez isso ontem.

(50b) *Ana viajou e fez isso pra Bahia ontem.

O verbo *viajar*, diferentemente de *torcer*, *telefonar* e *vender*, não apresenta ambiguidade: a sentença (50b) não é possível, pois o sintagma *pra Bahia* não pode ter leitura benefactiva, apenas locativa. Esse resultado é interessante, pois serve também para reforçar a análise anterior: os verbos *torcer* e *telefonar*, assim como *viajar* aparecem como transitivos, selecionando dois argumentos. Isso fica evidente quando aplicamos

¹² O debate envolvendo a diferença entre os papéis temáticos de paciente e de tema não será considerado aqui. Utilizaremos “paciente” como um termo genérico, podendo indicar paciente ou tema.

o teste e tentamos deslocar o sintagma testado para o final, retomando anaforicamente o que deveria ser VP, e a sentença resulta agramatical.

Esse último teste, portanto, parece ser o único, dentre os discutidos aqui, capaz de diferenciar complementos de adjuntos verbais – para sintagmas preposicionais simples. Ele diagnostica, contudo, verbos como *viajar* e *telefonar* como selecionadores de complemento e, portanto, transitivos, enquanto grande parte da literatura (BURZIO, 1986; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995) os considera inergativos – além de identificar *vender* como triargumental, ainda que não haja consenso na literatura a respeito da grade temática desse verbo. Para pesquisa futura, seria necessário verificar a discussão mais ampla em torno dos inergativos (inclusive as propostas que questionam sua existência, como a proposta de VP-shells em Larson (1988) e em Hale e Keyser (1993)¹³) e investigar os casos específicos dos verbos que tradicionalmente se inserem nessa categoria, contrapondo esses resultados aos obtidos por meio do teste da retomada anafórica.

Considerações finais

Foram discutidos cinco dos principais testes utilizados para diferenciar complementos de modificadores verbais. Todos eles apresentam problemas: o teste da opcionalidade não funciona porque, além de pressupor que modificadores são sempre opcionais, não captura os casos de elipse do complemento; o teste da subcategorização falha ao considerar que apenas os adjuntos podem ocorrer irrestritamente com qualquer classe verbal; o teste do acarretamento apresenta resultados falsos – diagnosticando, em muitos casos, adjuntos como argumentos e argumentos como adjuntos –, pois embaralha os níveis linguísticos na análise, ao assumir isomorfismo entre sintaxe e semântica; o teste da s-seleção não é seguro, uma vez que os adjuntos parecem também sofrer restrições semânticas impostas pelo núcleo verbal; por fim, o teste da retomada anafórica é o mais seguro deles e parece funcionar, embora diagnostique como transitivos alguns verbos classicamente considerados inergativos.

Os testes apresentados aqui servem apenas para detectar a diferença entre sintagmas preposicionais simples, que subcategorizam nomes. Para verificar o estatuto das *sentenças* que exercem função sintática de adjunto ou de complemento, existem outros testes mais apropriados, que envolvem extração de ilha e movimento A-barra. Outra questão deixada em aberto aqui seria uma possível unificação dos testes para verificar a natureza de argumento ou adjunto de qualquer sintagma (seja simples ou sentencial) irrestritamente.

¹³ Cf. também Roberge (2002). O autor propõe o Requisito de Transitividade (Transitivity Requirement – TR) que, analogamente ao Princípio da Projeção Estendido (Extended Projection Principle – EPP), postula a obrigatoriedade sintática de projeção de argumento interno a qualquer VP, independentemente do tipo semântico do verbo selecionador. Entretanto, enquanto EPP é requerido no nível funcional, TR é requerido no nível temático.

Uma alternativa possível seria considerar válidos todos os testes, assumindo seus resultados, e afirmar que não há, portanto, distinção entre argumentos e modificadores – ambos fariam parte da composição da cena verbal e seriam igualmente “essenciais” (como é o caso da teoria de Frames (FILLMORE, 1982)). Entretanto, além de caminharmos na direção oposta de uma dicotomia bastante intuitiva, estaríamos abandonarmos uma distinção sobre a qual se fundamentam muitos princípios da linguística e as análises construídas com base em tais princípios.

Caso consideremos os resultados de todos os testes válidos, acabaríamos, pouco a pouco, sendo compelidos a integrar alguns modificadores no rol de argumentos, até chegarmos ao ponto de assumir que cada verbo seleciona um número indefinido de argumentos. Seguindo os critérios dos testes discutidos, aumentaríamos exponencialmente a quantidade de argumentos que um verbo pode ter – ou *precisa ter* para que a sentença comunique uma proposição completa. Incorreríamos, então, em um problema semelhante ao discutido por Cappelen e Lepore (2005), citado anteriormente: a semântica (ou, mais gravemente, a sintaxe) ficaria sobrecarregada, pois precisaria comportar todas as informações necessárias para atingir um sentido completo. Todo verbo precisaria ocorrer com, além de agente e paciente, um sintagma locativo, um temporal, outro de modo etc.

Ademais, caso considerássemos que não há diferença entre argumentos e adjuntos – ou que não há como diferenciá-los com segurança –, não seríamos capazes de capturar a ambiguidade de casos como (44) e (46) acima (*Ana torceu pelo Neymar* e *Ana telefoou pra Maria*).

Acreditamos, pois, que a distinção entre argumentos e adjuntos verbais seja essencial para a compreensão do funcionamento das estruturas da língua como um todo. Ainda que, aparentemente, não tenhamos, ainda, testes extremamente confiáveis, a busca por diagnósticos cada vez mais sólidos é fundamental e deve ser uma das prioridades para a teoria linguística.

MOURA, H.; MILIORINI, R. Towards a comprehension of an intuition: criteria to distinguish verbal complementation from adjunction. *Alfa*, São Paulo, v.62, n.3, p.573-589, 2018.

- *ABSTRACT: The distinction between verbal arguments and adjuncts is essential to ground various linguistic theories. However, although we may have reliable intuitions regarding prototypical cases, such intuitions fail us in the judgment of certain verbal relations. We are, thus, in need of a reliable criterion (beyond mere intuition) that is capable of differentiating verb complementation from adjunction. Therefore, our goal here is to present and to discuss some of the main tests that purport to distinguish verb arguments from adjuncts (JACKENDOFF, 1977; DOWTY, 1982; CAPPELEN; LEPORE, 2005; HAEGEMAN, 2006; KENEDY, 2013; MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2013), especially concerning the thematic roles of beneficiary and locative – because they occur both in internal argument and in adjunct positions. We are going to present the following tests: (i) term optionality, (ii) subcategorization,*

(iii) *s-selection*, (iv) *entailment* and (v) *anaphora*, and try to indicate what problems each one of them faces. Surprisingly, the argument–adjunct distinction does not seem to find any consistent and definitive support in any of the tests found in the literature. The last one, however, *anaphora*, is the only one that seems capable of capturing this distinction, although it diagnoses as transitives some verbs usually considered to be unergative (like “to travel” (*viajar*) and “to phone” (*telefonar*)).

- **KEY-WORDS:** *Verbs. Argument Structure. Adjunction. Syntactic Tests. Locative. Beneficiary.*

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BURZIO, L. **Italian Syntax: a government-binding approach**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.

CAPPELEN, H.; LEPORÉ, E. **Insensitive Semantics: A Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

CARNIE, A. **Syntax: A Generative Introduction**. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

CHOMSKY, N. **Reflections on language**. New York: Pantheon, 1975.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CULICOVER, P. W. **Principles and Parameters Theory: An introduction to syntactic theory**. New York: Oxford University Press, 1997.

CULICOVER, P. W.; JACKENDOFF, R. **Simpler Syntax**. New York: Oxford University Press, 2005.

DALRYMPLE, M. **Syntax and Semantics: Lexical Functional Grammar**. v.34. New York: Academic Press, 2001.

DOWTY, D. Grammatical Relations and Montague Grammar. In: JACOBSON, P.; PULLUM, G. K. (Eds.). **The nature of syntactic representation**. v.15. Dordrecht: D Reidel Publishing Company, 1982. p.79-130.

FILLMORE, C. J. Frame Semantics. In: THE LINGUISTICS SOCIETY OF KOREA, *Linguistics in the morning calm*. Seoul, Hashin, 1982. p.111-137.

GRIMSHAW, J. **Argument Structure**. Cambridge: MIT Press, 1994.

GRIMSHAW, J.; VIKNER, S. Obligatory adjuncts and the structure of events. In: REULAND, E.; ABRAHAM, W. (Eds.). **Knowledge and language**. v.2. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993. p.143-155.

HAEGEMAN, L. **Thinking syntactically: a guide to argumentation and analysis.** Cornwell: Blackwell Publishing, 2006.

HALE, K.; KEYSER, S. J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. **The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger.** Cambridge: MIT Press, 1993. p.53-110.

JACKENDOFF, R. *X Syntax: A Study of Phrase Structure.* Cambridge: MIT Press, 1977.

JACKENDOFF, R. **Semantic Structures.** Cambridge: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, R. **Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution.** New York: Oxford University Press, 2002.

JACKENDOFF, R. **Language, Consciousness, Culture: Essays on mental structure.** Cambridge: MIT Press, 2007.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

LARSON, R. K. On the Double Object Construction. **Linguistic Inquiry**, v.19, n.3, p.335-391, 1988.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Unaccusativity: At the syntax-lexical semantics interface.** Cambridge: MIT Press, 1995.

MILIORINI, R. **As representações sintáticas da subpredicação em PB: a não-uniformidade entre forma e sentido.** 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. **Novo Manual de Sintaxe.** São Paulo: Contexto, 2013.

MOURA, H. **A linguagem não é transparente: um estudo sobre a relação entre forma e sentido.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

MOURA, H. O papel da pragmática na interpretação do sentido das formas gramaticais. In: PEREIRA, V. W. et alii. (Orgs.). **Gate to pragmatics: uma introdução a abordagens, conceitos e teorias da pragmática.** v.1. Porto Alegre: EDIPUC, 2017. p.99-115. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetos/251115-001/app/#!/capitulos/8>>. Acesso em: 21 maio 2018.

PERINI, M. A. **Estudos de Gramática Descritiva: as valências verbais.** São Paulo: Parábola, 2008.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática: a faculdade da linguagem.** 2. ed. Lisboa: Caminho, 1992.

ROBERGE, Y. Transitivity requirement effects and the EPP. In: **Western Conference on Linguistics**. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Yves_Roberge/publication/228777346_Transitivity_requirement_effects_and_the_EPP/links/0a85e537cbd42057b4000000.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T. et alii. (Orgs.). **Para a História do Português Brasileiro**. v.6, Tomo 1. Salvador: EDUFBA, 2006. p.73-106.

Recebido em 14 de agosto de 2017

Aprovado em 12 de maio de 2018

